

Discurso – Encerramento da Revisão Conjunta, 30 de Abril

Sua Excelência, Ministro do Plano e Desenvolvimento
Todos os Ministros presentes

Membros do Governo da República de Moçambique

Caros colegas do Corpo Diplomático

Minhas Senhoras e Meus Senhores

No momento em que encerramos os trabalhos da Revisão Conjunta para 2007, sinto-me feliz por aqui estar para assumir a nova responsabilidade do Reino da Noruega na presidência do G19 e da Troika até ao final dos trabalhos da próxima Revisão Conjunta, a ter lugar no próximo ano. Estou consciente de que isto implica bastante trabalho duro para a minha equipa mas constitui também uma oportunidade para aprofundar o nosso relacionamento com as instituições moçambicanas e, obviamente, contribuir para um diálogo frutífero contínuo entre o GdM e os parceiros da ajuda programática.

Em primeiro lugar, gostaria de dizer aos nossos parceiros moçambicanos que este exercício bianual – a revisão semestral e a revisão conjunta – coloca muito trabalho nos ombros dum governo que já tem uma série de desafios para enfrentar. Para além do mais, este ano Moçambique enfrentou vários desafios fora do comum, como as cheias, o ciclone e ainda o paiol. É com agrado que registamos a capacidade de resposta muito satisfatória das instituições para lidar com situações de emergência, como cheias e ciclones, resultando em menos pedidos à capacidade internacional para responder a tais desafios. Espero

igualmente que sejam tomados os passos necessários recomendados para garantir que o desastre do paiol não se repita e que as vítimas recebam o apoio prometido.

Gostaria ainda de agradecer a todos os participantes – parceiros moçambicanos e internacionais, em particular ao Secretariado do PAP – Frans, Peter e Jolke – que assumiram tão bem a responsabilidade ao longo do ano que passou. Felizmente, farão ainda parte da Troika no próximo ano, podendo todos partilhar da sua experiência. Já no que diz respeito à Suécia, não podemos dizer o mesmo na questão da partilha da sua experiência, uma vez que estão de saída da Troika. Quero agradecer à Maj Inger, o Anton e a Karin pelas suas contribuições substantivas ao longo dos três últimos anos. E, claro, iremos certamente pedir os vossos conselhos enquanto aqui permanecerem.

Quero ainda dar as boas vindas à Irlanda como novo membro da Troika – estou confiante nas vossas boas e importantes contribuições e que a nossa cooperação será flexível e produtiva.

O meu colega Frans referiu-se às realizações e debates que tiveram lugar no último ano. Compete-me, então, a mim, fazer uma breve reflexão sobre os desafios que enfrentaremos no futuro e admitir que as questões levantadas nesta revisão conjunta continuarão a estar na nossa agenda.

Deixem-me começar por referir algumas tendências internacionais no que se refere à cooperação para o desenvolvimento.

A OCDE forneceu dados que apontam para um aumento gradual de fundos fornecidos a título de assistência ao desenvolvimento – sendo o aumento, contudo, relacionado principalmente com o alívio da dívida e mitigação de

desastres. O aumento na assistência de longo prazo não está a seguir a mesma tendência.

Ao compararmos com os anos 90, hoje, os países pobres recebem, em média, relativamente menos fundos para cooperação de longo prazo. O número de novos actores, particularmente no sector da saúde, tem estado a crescer, colocando um problema de harmonização e alinhamento – já que um certo número de tais novos actores se situam a si mesmos numa linha de obtenção de resultados rápidos – havendo também mais reservas de ajuda.

Estas tendências colocam desafios a nós que, acreditamos no apoio orçamental e no comprometimento de longo prazo para assegurar abordagens harmonizadas que lidem com desafios relacionados com a pobreza. Significa, igualmente, que há por aí uma competição pelos fundos disponíveis para os países em desenvolvimento. Uma competição que parece agora ir em direcção às iniciativas verticais, lidando com crises humanitárias imediatas, e destinadas para intervenções mais dirigidas, decididas pelo fornecedor de fundos e não pelo país recipiente.

Que podemos nós fazer para lidar com estes desafios? Acredito que é crucial um trabalho constante na criação de confiança para um potencial apoio orçamental e apoio programático que aliviem ou possam aliviar a pobreza – apoiando as estratégias e prioridades nacionais, como é o caso do PARPA em Moçambique. Para alimentarmos esta confiança, precisamos de mais resultados e dum diálogo aberto em torno dessas questões – sejam políticas, sejam económicas – relacionadas com as condições para um maior apoio orçamental.

Em Moçambique, isso implica que, no futuro, tenhamos uma ainda maior incidência em realizações e resultados – admitindo obviamente a complexidade implícita nas questões de redução de pobreza e de mudanças institucionais.

Concretamente, isso significa que o diálogo aberto em todas as questões que possam influenciar a nossa confiança no mecanismo de um maior apoio orçamental deve ser continuado e fortalecido. Já trilhámos um longo caminho no nosso diálogo político – e precisamos de dar alta e continuada prioridade a este mecanismo de diálogo e de vontade de defender o que já foi conquistado – com uma crescente troca aberta de pontos de vista.

Vamos a resultados! Moçambique tem um impressionante desempenho num contexto africano quando se trata de desempenho macro-económico e, de acordo com dados de 2003, relata uma redução substancial dos níveis de pobreza absoluta. Mas, como disse o Presidente – a redução da pobreza é a prioridade geral deste governo, sendo o PARPA que traça as prioridades. Alguns dos desafios foram discutidos durante esta revisão. Gostaria de salientar que o objectivo global é de melhorar o bem-estar do povo moçambicano, incluindo a criação de estruturas e instituições fiáveis, num ambiente de prestação de contas, e impulsionando um dialogo político interno aberto e inclusivo na formulação e avaliação das políticas do país.

Há uma visão partilhada, como definida no PARPA II, entre o Governo Moçambicano e os Parceiros da Ajuda Programática sobre a importância das reformas estruturais dirigidas ao aumento da produtividade na agricultura, tornando o sector num veículo para o desenvolvimento económico rural.

Receamos que, sem um ênfase crescente em reformas vitais, o desempenho na agricultura continue a ser fraco. Os produtores precisam de ter acesso a

serviços públicos relevantes e a infra-estruturas. Só dessa forma será possível estimular o aparecimento de pequenas e médias empresas comerciais viáveis, dentro do sector agrícola. As estradas rurais, acesso à electricidade, irrigação, serviços veterinários, são elementos chave de tal desiderato. Considerando a agricultura como a espinha dorsal das actividades económicas da maioria da população, o desempenho melhorado nesta área irá contribuir para reduzir o actual fosso existente entre as condições de vida das áreas urbanas e rurais.

A intensidade baixa de algumas das reformas fundamentais a nível legal constitui uma preocupação. Apesar de ter sido feito um bom progresso na redução do atraso de sentenças judiciais e na diminuição de detidos aguardando julgamento, as reformas legais devem ser mais céleres. Alguns exemplos importantes são a lei sobre os tribunais comunitários, o acesso livre aos serviços judiciais e o Código Penal. Admitimos a complexidade inerente à reforma neste sector – sublinhando, contudo, a importância de que todas as instituições relevantes juntem forças para conseguirem mais progressos.

A aprovação da Estratégia Anti Corrupção confirma o compromisso do governo de lutar contra a corrupção. Para manter a credibilidade da luta contra a corrupção, são necessários esforços permanentes em três áreas chave: Primeiro, na continuidade dos esforços de reforma dentro da gestão pública financeira – reduzindo, assim, o risco fiduciário (SISTAFE, “*procurement*”). Segundo, aumentando o cumprimento do quadro legal e regulatório. E, terceiro, aplicar sanções e acção legal contra a má conduta e o crime.

Estimular e prover um crescimento de base mais alargada, assim como promover o empreendedorismo, são desafios importantes. As condições e o ambiente geral de negócios são da maior importância neste contexto. É claro que os elementos chave do ambiente de negócios se situam no cumprimento da lei,

na protecção de direitos, no acesso atempado a serviços públicos de qualidade e em baixos níveis de corrupção. Apesar de apreciarmos as conquistas já alcançadas e nas intenções do governo em melhorar o ambiente de negócios, há ainda a necessidade de uma abordagem coordenada e trans-sectorial. Ainda há por aí a percepção de que é difícil fazer negócios em Moçambique – é difícil conseguir informação relevante de uma forma transparente e atempada. Tornar Moçambique num dos países de melhor desempenho no “*Doing Business*” da região SADC, dependerá do progresso que se fizer nas áreas determinantes já mencionadas (reforma legal, anti-corrupção).

Um progresso substantivo nestas áreas será o centro fulcral para o próximo ano e anos vindouros. Um bom progresso e um bom diálogo irão significar que nós, Moçambique e parceiros, fizemos a nossa parte no sentido de atrair mais fundos de ajuda para um maior apoio orçamental e um compromisso de longo prazo.

Moçambique e a Noruega irão celebrar em 2007 30 anos de relações diplomáticas. Nesta sala, há muitos parceiros que têm vindo a auxiliar Moçambique há muitas décadas, desde os tempos da luta de libertação, passando por períodos de conflitos internos, e contribuindo para um relacionamento moderno no que concerne a cooperação para o desenvolvimento.

Estou confiante de que tais compromissos de longo prazo irão continuar, tão somente Moçambique, o povo moçambicano e os seus parceiros vejam os resultados do nosso esforço conjunto.

Muito obrigado.

Bem hajam todos!

